

ERICO.FIRMO@APOVO.COM.BR

ÉRICO FIRMO



Político
e jornalista

O FUTURO DA POLÍCIA E DA SEGURANÇA

O motim de policiais militares terminou, mas a administração das consequências apenas começa. Houve quebra da hierarquia, a relação com o comando sofreu trauma como não havia desde 2019. Há feridas a serem cicatrizadas, identidades a serem administradas. A questão não se resume ao fato de muitas das reivindicações não terem sido atendidas. Há oito anos, os policiais conseguiram quase tudo que queriam. O crescimento do número de homicídios em 202 foi de 51%, conforme números do Mapa da Violência. Naquele ano, a quantidade de assassinatos foi a maior da história até então. Em 2019, o recorde foi batido. Em 2017, a marca de maior de todos os tempos foi superada de novo. Três recortes trágicos em sequência após a paralisação.

Encerrado o motim, é imprescindível agir para que aquele descalço não se repita. Enquanto os policiais militares se recusaram a trabalhar, a violência saiu do controle. Pacotes se fortaleceram e conquistaram territórios. É preciso recompor a hierarquia, mas não apenas isso. As relações precisam ser reconstruídas. O governo precisa entender o que aconteceu dentro de sua Polícia. Compreender a raiz da insatisfação. Essa é a tropa do Estado do Ceará. Não é factível substituir todos que estavam parados. Então, é necessário recuperar esses policiais. Isso passa, inclusive, pelas punições, pelo caráter pedagógico de demonstrar que o caminho não é o amotinamento. Mas, passa por entender a insatisfação e por construir o diálogo possível. O trabalho pela frente é complexo e a estrada é perigosa.

FCO FONTENELE



POLICIAIS militares voltaram ao trabalho ontem

O TRATAMENTO AOS TRABALHADORES QUE PROTESTAM

Um capítulo importante em toda essa crise foi a postura do Governo Federal. Do ponto de vista das ações, ajudou no que deveria. Do ponto de vista político, dos posicionamentos, foi complicado. O ministro da Justiça e Segurança Pública, ex-juiz Sérgio Moro, disse que policiais amotinados não podem ser tratados como criminosos. Ele tem razão para aqueles que não cometeram crimes. Aqueles que cometeram crimes devem ser tratados como criminosos, sejam policiais ou não. Houve um punhado de crimes no motim.

Gostaria de saber se o ministro teria com os semi-terra que ocupam fazendas posturas iguais à adotada com os policiais que tomaram Batalhões de Polícia Militar - alguns dos quais são os únicos quartéis existentes nos municípios. E cuja tomada impede o funcionamento da função de segurança pública, essencial à sociedade. Policiais que também tomaram uma escola, conforme denunciou a Secretária da Educação (Secdu), impedindo as crianças de ter aula.

Porque, se policial ocupar quartel e escola não justificar ser tratado como criminoso, não me parece razoável dar tal tratamento a semi-terra que invade propriedade que às vezes nem produtiva é. O impacto das primeiras ações é incomparavelmente maior que o da última.

A BASE POLÍTICA DO PRESIDENTE

O presidente Jair Bolsonaro, na quinta-feira, pediu que o governador Camilo Santana (PT) negociasse com os policiais paralisados. Enquanto a negociação já ocorre, mas a declaração atravessou as conversas, deu força ao movimento, que recusou a proposta naquela noite. Demoraria mais três dias até haver entendimento.

Mas, o que gostaria de saber é se o presidente teria a mesma postura com professores em greve. Que, eventualmente, sejam de sindicato vinculado à CUT. Porque deixar crianças sem aula não é emergência menor do que ficar sem policiamento.

O presidente claramente fala à sua base política, aos simpatizantes. Mas, a Instituição Presidência da República não pode ficar sujeitada aos gostos e desgostos pessoais do ocupante de ocasião da cadeira.

Situações similares demandam tratamento semelhante, ainda que a atores diversos. No caso, greve de professores nem está sujeita aos impedimentos previstos na hierarquia militar.

Alcolumbre diz a Bolsonaro que não irá mais tolerar ataques ao Congresso

| TENSÃO ENTRE PODERES IMPOSITIVO | Congresso terá sessão hoje para votar vetos ao orçamento impositivo

Em uma reunião de mais de uma hora com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), colocou na mesa a insatisfação do Legislativo com as falhas e atitudes de integrantes do governo em apoio a manifestações contra a Câmara e o Senado. Segundo interlocutores, o senador avisou ao presidente que não vai mais tolerar ataques ao Congresso.

Até agora, Alcolumbre havia sido um dos poucos políticos que não tinha feito comentários públicos sobre a crise que teve seu ápice com a declaração do ministro da Segurança Institucional, general Augusto Heleno, de que o Congresso chantageia o Executivo ao votar matérias apenas em troca de recursos.

Essa foi a primeira vez que Alcolumbre e Bolsonaro sentaram para conversar depois que a crise entre os Poderes se agravou. O mais recente imbróglio entre o Palácio do Planalto e o Congresso ganhou força após Bolsonaro usar seu WhatsApp pessoal para enviar mensagens que conclamam pessoas a saírem às ruas em defesa do governo. Marcada para o dia 15, de março, o protesto possuirá teor anti-Congresso e STF. O ex-doutor presidencial às manifestações gerou uma onda de reações negativas vindas de

congressistas, partidos políticos e chefes dos outros Poderes.

Nu conversa com Bolsonaro ontem, no Palácio do Planalto, Alcolumbre disse que não tolera mais ataques ao Congresso que põem em questão sua supremacia, erguendo interlocutores. O senador pediu entendimento às partes envolvidas e afirmou que o Congresso sempre esteve de portas abertas para um diálogo com o Executivo.

A questão dos vetos ao orçamento impositivo não foi tratada com detalhes no encontro. Esse tema será costurado com

os ministros do governo Bolsonaro. Alcolumbre se reuniu à noite com o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), e com o relator do orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CB) para discutir o tema. O Congresso tem sessão agendada para hoje, às 14 horas, para votar estes e outros vetos presidenciais a propostas aprovadas pela Casa.

Se o veto ao projeto do Orçamento for derrubado, o Congresso passa a ter maior controle sobre o destino dos recursos das emendas parlamentares. As emendas são usadas para destinar verbas públicas aos Estados e municípios.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



SENADOR levou ao Planalto insatisfação com atitudes do governo sobre protestos com teor anti-Congresso

